

# BOLETIM DO SINTRAJUSC



(48)32224668



sintrajusc



SintrajuscSindicato



Sintrajusc

Florianópolis (SC) - 10 de dezembro de 2024 - nº 1501

## Unidade e luta em 2025 para defender e ampliar direitos

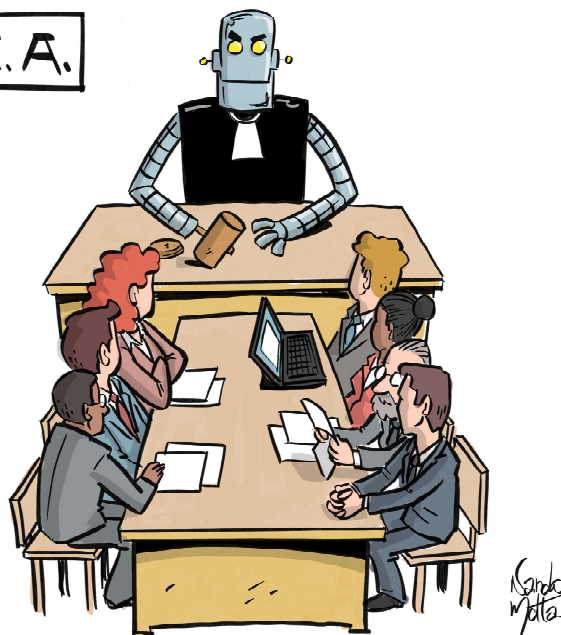
2025 exigirá muita organização da categoria. Em fevereiro, será paga a última parcela (6,13%) da recomposição salarial e a luta precisa crescer para a recuperação das perdas acumuladas. O risco de ficar sem nada aumenta conforme o tempo passa, especialmente em um contexto no qual as autoconcessões da magistratura têm absorvido sem qualquer limite grandes e crescentes fatias do orçamento do Judiciário.

Nesta realidade, o coordenador geral Paulo Roberto Koinski afirma que uma das prioridades em 2025 é defender a unidade da categoria. Oficial de Justiça, ele vem acompanhando a discussão sobre a proposta de ampliação da base territorial de um sindicato isolado de oficiais e oficiais, que passaria a ser uma base nacional do segmento, fragmentando a categoria. Para Koinski, o período exige não a divisão, e sim o fortalecimento da união de técnicos e analistas que, no final das contas, estão subme-

tidos ao mesmo estatuto, regime de trabalho, autoridade e Plano de Cargos e Salários (PCSs).

Koinski lembra que as grandes greves dos anos 1990 a 2015, em especial pelos PCSs, uniram auxiliares, técnicos e analistas, todos pressionando o Judiciário, o Legislativo e o Executivo para garantir melhoria salarial e carreira. “A história mostra que as divisões internas nos enfraquecem e são utilizadas para impedir o avanço de nossas pautas”, alerta Koinski.

No caso dos Oficiais de Justiça, ele lembra que, ao longo dos anos, a Fenajufe e o Sintrajusc sempre valorizaram as demandas específicas do segmento, promovendo encontros nacionais periódicos e articulando pautas. A atuação conjunta com os Sindicatos, exemplifica, foi o que permitiu



conquistas fundamentais, como a Gratificação de Atividade Externa (GAE), que é levada para a aposentadoria, a unificação da indenização de transporte, a não absorção da VPNI/GAE por intermédio de lei, a luta contra a desjudicialização, além de três PCSs, três reajustes

e a luta constante pela valorização do vencimento-base. Separar a categoria, finaliza, é abrir mão desse histórico de conquistas e reduzir as chances de novos avanços.

Neste rumo, confira, nesta edição, as vitórias que tivemos em 2024.

# Luta prioritária em 2025 será para formalizar proposta de reajuste pelo STF

Na discussão sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), é preciso que o Supremo Tribunal Federal (STF) formalize os índices de reposição salarial apresentados no Fórum de Carreira. No final de outubro, em reunião do subgrupo 3 do Fórum, responsável pela política remuneratória, o coordenador, João D'arc de Oliveira, apresentou o que chamou de índices "preliminares".

O foco para reajustes, afirmou, é 2026, mas haveria possibilidade para novembro de 2025 "caso o orçamento permita", além da já aprovada reposição de 6,13% em fevereiro. Os índices seriam de 2,1% em 2025, 9,2% em 2026 e 11,5% em 2027. Mas até agora não há nada concreto para os servidores e servidoras.

No ano que vem, serão realizados os Congressos da Fenajufe, entre e abril e maio em Foz do Iguaçu, no Paraná, e do Sintrajusc, em data a ser definida. Ambos darão o rumo para a categoria na defesa do PCCS, da reposição salarial, do reajuste dos auxílios, de mais concursos e por melhores condições de trabalho.

## METAS

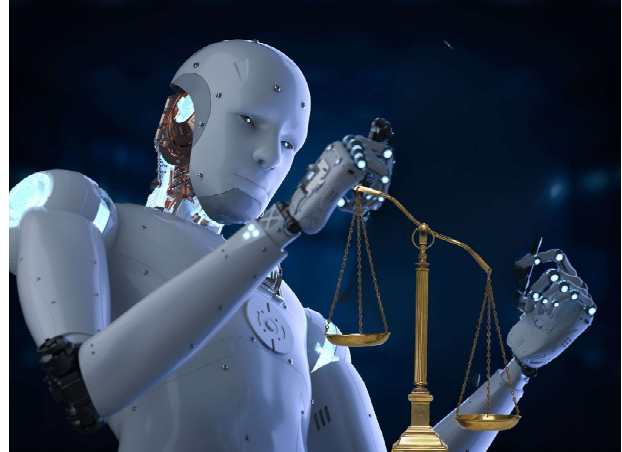
O Sintrajusc visitou unidades em 14 municípios ao longo do ano e uma preocupação

que apareceu nas conversas teve relação com a falta de servidores e a cobrança de metas, com medidas para resolver este cenário sem a participação da categoria. São situações que provocam estresse e no mais das vezes não resolvem o problema de fundo, que é o encolhimento das vagas e cargos e a disputa orçamentária em prejuízo da categoria. O Sintrajusc fez várias reuniões ao longo do ano para discutir medidas tomadas e que não resolveram os problemas que buscaram sanar. Insistimos: ouçam os servidores e servidoras, que muito têm a contribuir!

Outra preocupação é com o avanço da Inteligência Artificial (IA) no Judiciário e as consequências para as rotinas de trabalho. O assunto foi tratado em Audiência Pública no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em setembro com participação da Fenajufe. O objetivo é atualizar a Resolução nº 332/2020 do CNJ, que regula a ética, a transparência e a governança no uso da IA no Poder Judiciário da União.

A federação acionou sua Assessoria Jurídica Nacional e enviou parecer ao CNJ propondo diretrizes para preservar os e as trabalhadoras e fazer do uso das ferramentas de IA um facilitador do trabalho, e não um fardo. Vamos ficar de olho neste debate ao longo de 2025.

**VISITAS** - Em 2024, foram visitadas unidades em Joinville, Jaraguá do Sul, Imbituba, Tubarão, Laguna, Navegantes, Itajaí, Blumenau, Indaial, Timbó, Brusque, Lages, São José e Palhoça.



## Dúvidas sobre custos e metas abusivas exigem cautela

Em audiência realizada em setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) informou que há mais de 140 projetos de Inteligência Artificial Generativa (que trata da criação de conteúdos originais) catalogados nos tribunais; especificamente no STF, existem algumas iniciativas em curso. A principal é a IA Sumarização.

## PROTÓTIPOS

Atualmente, existem seis protótipos de IA generativa para sumarização de processos judiciais de natureza pública. Ou seja, o trabalho consiste em pegar um recurso que chega no STF e fazer um relatório nos moldes das decisões monocráticas dos ministros ou colegiadas, mas, na operação de tarefas jurídicas mais complexas, esses modelos ainda não dão os resultados esperados em termos de acurácia e precisão.

Para atuar em contexto ju-

rídico, eles precisam do fator humano, de pessoas para realizar o treinamento desses modelos.

Foi citada ainda a questão dos custos como um fator de aprendizado, a exemplo de uma das empresas que apresentou proposta de IA para consulta de jurisprudência: fornecendo a licença apenas para um juiz e um assessor, o custo estimado é de R\$ 76 milhões por ano. Isso é uma mostra do quanto essas propostas podem render para as empresas que as desenvolvem. A IA é economia para quem?

A assessora técnica da Fenajufe, Vera Miranda, alertou que a regulamentação não pode gerar metas abusivas e que a tecnologia deve ser utilizada com cautela, resguardando sempre a saúde e as condições de trabalho. Ano que vem, o Sintrajusc irá aprofundar este debate.

# Luta jurídica do Sindicato teve resultados em ações coletivas e individuais

Joana Darc / Fenajufe

Paralelo à luta política, o Sintrajusc, pela sua Assessoria Jurídica, obteve vitórias em 2024. Em outubro, a coordenação e a Assessoria Jurídica participaram do XXVIII Encontro Nacional do Coletivo Jurídico da Fenajufe (Colejur). O Sintrajusc foi representado pela coordenadora Denise Zavarize e pelos advogados Luciano Carvalho da Cunha, Brendali Furlan, Pedro Pita Machado e Fabrizio Rizzon (da esq. para a dir. na foto). O coordenador Paulo Roberto Koinski, também coordenador jurídico e parlamentar da Fenajufe, participou do evento, que debateu vários temas de interesse da categoria.

## CONFIRA ALGUMAS AÇÕES:

### ACÕES COLETIVAS

#### **LUTA PELA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI)**

A Assessoria Jurídica do Sintrajusc ajuizou ação para requerer o reconhecimento do direito dos servidores e servidoras à manutenção da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) e de outras parcelas que tenham origem nessa vantagem até 1ª de janeiro de 2019. Isso significa que as absorções previstas no artigo 6º da Lei 13.317/2016 só deveriam ocorrer a partir dessa data, sendo esse o marco para a efetiva absorção. Solicitou, ainda, o pagamento aos servidores de todas as diferenças salariais, considerado o passivo desde a suspensão do pagamento em junho de 2016 até 1ª de janeiro de 2019.

Essa ação permitiu que o

reconhecimento administrativo posterior englobasse todo o período, sem afastar qualquer diferença aos servidores e servidoras, pois o Sindicato havia assegurado a que a prescrição quinquenal não prejudicasse a categoria.

#### **ABSORÇÃO DOS QUINTOS**

A Assessoria Jurídica acompanha e atua no processo administrativo contra a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que decidiu pela manutenção da absorção dos quintos na primeira parcela da recomposição salarial de fevereiro de 2023. Foram interpostos embargos de declaração, que visam sanar eventuais omissões, obscuridades, contradições ou erros materiais por diversas entidades. A Assessoria Jurídica pediu o ingresso como *amicus curiae* e apresentou memoriais, preparando-se para novas intervenções a partir dos desdobramentos do processo.

#### **LUTA PELO PASSIVO DE QUINTOS**

A Assessoria Jurídica segue atuando no STF em busca do reconhecimento dos atrasados de quintos para aqueles servidores e servidoras que confiaram no reconhecimento administrativo e não buscaram via ação judicial o direito ao pagamento do retroativo dos quintos de 1998 a 2001 até sua efetiva implantação.

#### **DEVOLUÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE ATRASADOS**

O Sintrajusc tem em andamento ação coletiva transita-



Coordenação do Sindicato e Assessoria Jurídica no Coletivo Jurídico

da em julgado garantindo para todos os servidores e servidoras da Justiça do Trabalho, Federal e Eleitoral de Santa Catarina (associados ou não), a devolução do imposto de renda pago ou retido sobre valores recebidos acumuladamente a partir de 2006. A devolução é devida tanto sobre os pagamentos de atrasados efetuados pelos Tribunais na via administrativa quanto sobre os valores recebidos em ações judiciais, coletivas ou individuais.

### ACÇÕES INDIVIDUAIS

Diversas ações individuais, no âmbito judicial ou administrativo, asseguraram direitos aos servidores e servidoras que compõem a cate-

goria.

Defesas administrativas afastaram devoluções recebidas de boa-fé, obteve-se o reconhecimento do direito à incorporação de quintos em decorrência de decisão transitada em julgado, foram asseguradas condições especiais de trabalho em razão de particularidades vivenciadas pelos servidores e servidoras.

No âmbito judicial, servidores e servidoras incorporaram em definitivo a vantagem do art. 193 da Lei 8.112, mesmo após a negativa do TCU, também foram mantidos pagamentos da GAE cumulada com a VPNI de FC-05 a oficiais de justiça, assim como diversas outras situações foram salvaguardadas pela atuação jurídica do Sindicato.

## Sindicalize-se!



O Sintrajusc fez Campanha de Sindicalização em 2024 e chama toda a categoria a se sindicalizar e manter a unidade para fortalecer ainda mais o Sindicato rumo às lutas ano que vem. Vivemos apenas das mensalidades e as ações junto às Administrações em Brasília, os atos, o material informativo demandam recursos. Vem com a gente!

Ligue para (48) 3222-4668 (tem WhatsApp) ou veja como fazer em [www.sintrajusc.org.br/filie-se/](http://www.sintrajusc.org.br/filie-se/)



# Ações de formação se fortalecem em 2025

A coordenação do Sintrajusc irá manter, em 2025, as atividades de formação sindical iniciadas desde o início da atual gestão, em janeiro. O “Ciclo de Formação Sindical do Sintrajusc: Mundo do Trabalho e Direitos em Debate” teve três ações: debate sobre o projeto de lei dos aplicativos, sobre o neofascismo na era dos monopólios midiáticos e confraternização nas três justiças no Primeiro de Maio.

Em parceria com a Escola Judicial (Ejud) do TRT-SC, também participamos do Ciclo Direito e Cinema, que teve a exibição do documentário “Servidão” e dos filmes “O Fio da Meada” e “Conflito das Águas”.

## AVALIAÇÃO

Outra atividade de formação foi o evento “Por um Fio: Seminário Internacional de Saúde e Trabalho”, fruto de uma colaboração entre a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), o Laboratório de Sociologia do Trabalho da UFSC (LASTRO) e o Fazenda Escola – Centro de Estudos e Pesquisas em Trabalho Público e Sindicalismo, do qual o Sintrajusc faz parte. O Sindicato também esteve representado no “Seminário Internacional Saúde e Trabalho no Poder Judiciário”, realizado



Café no TRE-SC em alusão ao Primeiro de Maio, uma das atividades organizadas ao longo de 2024

em março em Rosário, na Argentina.

O coordenador de Formação Sindical do Sintrajusc, Adailton Pires Costa, afirma que o principal objetivo com esse ciclo de formações foi a construção de uma consciência de classe, consciência de que todos somos trabalhadores. Logo, devemos conhecer, debater e atuar não só pelos nossos direitos como trabalhadores no serviço público, mas por toda a classe trabalhadora. Por isso, houve atividade sobre a história do 1º de Maio, sobre o projeto de lei dos aplicativos, sobre o trabalho escravo contemporâneo.

Ele avalia que o Sindicato conseguiu caminhar um pouco nesse objetivo com a introdução de temas que muitas vezes

são colocados em segundo plano nos espaços sindicais do serviço público: “Como fala Paulo Galo, que foi um dos palestrantes que trouxemos neste ano: ‘Da mesma forma como ocorreu na Revolução Industrial, que acabou expandindo para vários setores, a ideia da uberização é expandir para todos os setores também. O que puder transformar em aplicativo e não pagar mais direitos vai fazer’”.

Portanto, se não estivermos atentos às novas mudanças no mundo do trabalho, que começa lá entre os trabalhadores mais precarizados, alerta Adailton, uma hora essa onda chegará com força no serviço público e talvez será tarde demais para barrá-la.

## Pressão garantiu pagamento da VPI, mas luta pelos quintos também é orçamentária e continua no Tribunal de Contas da União

Com a confirmação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do pagamento da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) em dezembro em toda a Justiça Eleitoral, as três justiças colocaram em dia essa dívida com os servidores e servidoras depois de muita pressão da categoria. O pagamento dos quintos, porém, continua pendente após decisão lamentável do Tribunal de Contas da União (TCU) pela manutenção da absorção dos quintos na primeira parcela da recomposição salarial de fevereiro de 2023 e contra a qual a Fenajufe e os Sindicatos apresentaram embargos de declaração.

Enquanto isso, as autoconcessões de benefícios da magistratura utilizam uma fatia importante e crescente do orçamento do Poder Judiciário, o que também

prejudica, por exemplo, a reposição das perdas salariais de servidores e servidoras. A antecipação para 2024 da parcela de reposição salarial prevista para fevereiro de 2025 poderia ter sido feita se não fosse o comprometimento do orçamento do Poder Judiciário com benefícios à magistratura. Nenhum deles foi submetido a disponibilidade orçamentária, diferentemente das reivindicações dos servidores.

### AUXÍLIO-SAÚDE

A discussão sobre o orçamento apareceu já no primeiro semestre, quando o Sindicato fez ato, abaixo-assinado e reuniões no Tribunal, nos Conselhos Superiores e no Supremo Tribunal Federal contra a redução de 17,4% do valor do

auxílio-saúde. Em outubro, o Tribunal finalmente pagou aumento de 55% no valor da tabela para acerto retroativo do benefício de janeiro a setembro do corrente ano em função da suplementação orçamentária pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), mas, de outubro a dezembro e para 2025, ainda vale a tabela de junho de 2024. Ou seja, o aumento foi circunstancial e nada está garantido para o ano que vem.

O reajuste dos auxílios depende de orçamento e também a criação, por exemplo, do auxílio-nutrição, luta da Fenajufe por aposentados e pensionistas como medida para garantir segurança alimentar, qualidade de vida e assistência adequada neste período de maior vulnerabilidade econômica e social.

